



ADPEMA Notícias 41

31/03/2016 - Óticas Carol oferece descontos em produtos para Associados ADPEMA



A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) continua avançando em seus convênios. Hotéis, academias, escolas de inglês, restaurantes, entre outros, oferecem descontos incríveis para seus associados. Portanto, como política de valorização dos Defensores Públicos, a ADPEMA disponibiliza mais um novo convênio: Óticas Carol.

Pela primeira vez, a Associação fecha um convênio com serviços ligados a ótica. Os descontos fixados são de 25% (vinte e cinco por cento) válidos para óculos solar e armações e 10% (dez por cento) de desconto para lentes oftálmicas. A Presidente da ADPEMA, Clarice Binda, que assinou o contrato no dia 28 de março, afirmou que: "Este convênio é uma forma de oferecer aos Defensores Públicos do Maranhão descontos em produtos e serviços por uma ótica de referencia nacional"

Recentemente, foi assinado o novo convenio com o Hotel Pingo de Ouro em Bacabal que oferece hospedagens em apartamento tipo comfort (Individual: R\$ 63,00; Duplo: R\$69,00 e Triplo: R\$126,00) e Apartamento tipo luxo (Individual: R\$ 72,00; Duplo: R\$108,00 e Triplo: R\$144,00). Os Defensores Públicos Associados ainda podem usufruir de descontos oferecidos pela Associação do Piauí (APIDEP) através de termo de cooperação assinado no ano passado.

As Óticas Carol em um dos laboratórios mais modernos da America Latina. 100% digital, o Laboratório tem a capacidade produtiva de 2000 pares de lentes por dia, entre surfaçagem e montagem. Atende com exclusividade a rede de Norte a Sul do pais e conta com tratamento antirreflexo próprio.

Os Defensores Públicos associados que quiserem fazer sugestões de novos convênios, como forma de ampliar os serviços oferecidos, podem enviar um email para: secretaria@adpema.com.br ou entrar em contato pelos telefones: (98) 31996194 / 98758-3882 (WhatsApp).

31/03/2016 - Inscrições do V concurso público para Defensores de Mato Grosso começam amanhã (1º/4)



A Defensoria Pública de Mato Grosso dá início na próxima sexta-feira (1º de abril) às inscrições do V concurso público para preenchimento de 20 vagas do cargo de Defensor Público Substituto.

Para concorrer a vaga é necessário nível superior em Direito, além de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e no mínimo três anos de prática jurídica. O subsídio do início da carreira é de R\$ 19,9 mil.

O certame, que será realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), será dividido em cinco fases, compreendendo prova escrita objetiva, escrita dissertativa, prova oral de arguição, oral de tribuna e prova de títulos. A data prevista para a realização da primeira fase é 12 de junho.

Para se inscrever os interessados devem acessar o endereço eletrônico www.ufmt.br/concursos até primeiro de maio. O edital e o conteúdo programático das provas também estão disponíveis no site da Defensoria Pública www.defensoriapublica.mt.gov.br.

Cronograma de inscrição

- Inscrições pagas: de 01/04/2016 a 01/05/2016
- Inscrições com isenção do pagamento da taxa de inscrição: de 01/04/2016 a 07/04/2016

31/03/2016 - DPE/RS lança cartilha que orienta sobre ocupações em áreas de linhas de transmissão de energia elétrica



Já está disponível para consulta a “Cartilha com orientações sobre as ocupações humanas sob linhas de transmissão de energia elétrica”, no endereço eletrônico <https://goo.gl/2e3nEH>. O material, produzido pela Defensoria Pública do Estado, por meio do Núcleo de Defesa Agrária e da Moradia (Nudeam), é resultado de um Grupo de Trabalho formado pela DPERS, Ministério Público, OAB/RS, Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados (Agergs), Eletrosul, AES Sul, CEEE, RGE, Conselho de Arquitetura de Urbanismo do RS, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS, Secretaria Estadual de Habitação, Federação das Associações de Municípios do RS e Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre.

O Grupo de Trabalho debateu questões referentes às ocupações em áreas onde há linhas de transmissão de energia elétrica, buscando conclusões e diretrizes para o enfrentamento da situação abordada, partindo-se da premissa de que a atuação deve ser preventiva e remediadora. “A intenção não é apenas remover as famílias das áreas de risco, mas também contemplar o direito à moradia, o direito à cidade, direito à segurança e o direito do consumidor”, explicou a Dirigente do Nudeam, Defensora Pública Adriana Schefer do Nascimento.

A cartilha traz informações sobre como proceder em casos de remoções forçadas, quais os direitos dos moradores, quais são as instituições envolvidas e as competências de cada uma delas. O material também alerta para a importância da conscientização e prevenção da ocupação humana em áreas onde estão instaladas linhas de transmissão, consideradas de alto risco para os moradores.

A “Cartilha com orientações sobre as ocupações humanas sob linhas de transmissão de energia elétrica” está disponível endereço eletrônico: <https://goo.gl/2e3nEH>

Fonte: Ascom Anadep

31/03/2016 - Conselho de Política Criminal e Penitenciária aprova proposta de indulto para mulheres presas



O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPC) aprovou, nesta terça-feira, uma minuta de Decreto de Indulto para mulheres privadas de liberdade. O texto, que traz propostas de regras para concessão de perdão e redução de pena a detentas, foi aprovado durante a 421ª Reunião do CNPC, que ocorreu nesta segunda (28) e terça-feira (29), no Ministério da Justiça.

Após sua aprovação, o texto será encaminhado para análise da Secretaria de Assuntos Legislativos do MJ, para posterior apreciação da Presidência da República.

Segundo o vice-presidente do CNPC, Paulo Antônio de Carvalho, que tomou posse na reunião, a proposta de indulto tem como objetivo atender mulheres condenadas por crimes de menor gravidade e que já cumpriram uma parte da pena.

“Sabemos que o encarceramento feminino tem perfil diferente do masculino. Na maioria das vezes, trata-se de mulheres condenadas por pequeno envolvimento com a venda ilegal de drogas, por necessidade de subsistência da família. Nesses casos, acreditamos que penas alternativas ou o perdão da pena são mais indicados, uma vez que a prisão acaba afetando não só a mulher como todo o núcleo familiar dela”, explica Paulo Antônio de Carvalho.

Segundo o último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) – Mulheres, em junho de 2014, a população penitenciária feminina era de 37.380 mulheres, o que

representa crescimento de 567% em 15 anos. Do total, 58% foram presas por envolvimento com o tráfico de drogas.

Durante a reunião, foram discutidos outros assuntos, como os atendimentos de saúde no âmbito do sistema prisional, com a participação de representantes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), da Secretaria de Saúde do DF e da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do DF; e o cronograma de 2016 para inspeções em estabelecimentos penitenciários.

Sobre o CNPCP

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) é um órgão vinculado ao Ministério da Justiça. É composto por 13 membros, entre eles, professores, profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal e Penitenciário, além de representantes da comunidade e de ministérios da área social. Entre suas atribuições, está a elaboração de diretrizes e fiscalização da política criminal e penitenciária em execução no país.

Fonte:

30/03/2016 - O que nos dizem as audiências de custódias?



A partir de um projeto piloto criado com o intuito de garantir que presos em flagrante sejam apresentados a um juiz o quanto antes, para que seja analisada a concessão de sua liberdade ou a manutenção da sua prisão, as audiências de custódia começaram a ser realizadas em todo país a partir de 2015.

Desde o início do projeto no Rio de Janeiro, no dia 18 de setembro de 2015, a Defensoria Pública do Estado, ao atender os casos em que o custodiado não dispõe de advogado particular, realiza diversas entrevistas, com o intuito de identificar o perfil social dos réus, a estratégia de defesa que será utilizada no decorrer do processo e o resultado da análise da prisão feita pelo juiz.

Até 15 de janeiro de 2016, os defensores públicos entrevistaram 1.103 custodiados. A média de audiências realizadas nesse período foi de 13 por dia, sendo que a maioria demorou entre zero e um dia para ocorrer, chegando a três ou quatro dias apenas nos finais de semana ou feriados prolongados.

Do total de presos, 408 receberam a liberdade provisória e 28 tiveram a prisão em flagrante relaxada, ou seja, 40% dos casos que passaram pela audiência de custódia resultaram em liberdade.

Com relação aos crimes praticados, 52% dos custodiados respondiam por crimes contra o patrimônio, como furto e roubo e 18% por crimes previstos na Lei de Drogas. Os dados refletem a realidade do sistema criminal brasileiro, que, em geral, processa e condena situações de flagrante ocorridas na rua, sem que haja uma investigação mais apurada das condutas criminosas.

O questionário indica também o perfil socioeconômico dos presos. 75% são negros e 25% são brancos. Em 47% dos casos foi concedida a liberdade provisória aos brancos, enquanto os negros passaram a responder o processo em liberdade em 36,5% do total de casos.

A maioria dos presos só tem o ensino fundamental e nasceu entre 1980 e 1997, ou seja, são jovens e sem muita expectativa de construir uma carreira profissional. Do total, 712 indicaram trabalhar antes de ser preso, mas apenas 122 disseram poder comprovar o vínculo empregatício, sendo que o comprovante não seria a carteira de trabalho na maioria dos casos, mas sim a declaração de outras pessoas ou a indicação o endereço do local onde trabalham.

Foram registrados 85 casos de mulheres custodiadas e 13 delas indicaram estar grávidas. Do total de custodiados, 555 disseram ter filhos e 33 homens indicaram que a companheira/esposa estava grávida. Do total, 20 custodiados forneceram seus nomes sociais quando responderam ao questionário, além do seu nome no registro civil.

Outros dados relevantes dizem respeito ao tratamento recebido pelo custodiado após a prisão: 25% afirmaram ter sofrido agressão policial e 36% teve o rosto fotografado por policiais militares, em situação diversa do reconhecimento feito na delegacia.

No Rio de Janeiro, de acordo com o relatório do Infopen de junho de 2014, publicado pelo Ministério da Justiça, 46% dos presos são provisórios. Diante dessa realidade, as audiências de custódia tem se revelado um importante instrumento na redução da população carcerária, pois o contato físico com o juiz permite uma melhor avaliação das condições pessoais do réu e das circunstâncias em que praticou o crime, possibilitando que responda ao processo em liberdade.

Uma análise das prisões registradas nas mesmas delegacias que estão fazendo parte do projeto inicial no Rio de Janeiro, no mês anterior à sua implementação, entre 21 de agosto e 16 de setembro de 2015, mostrou que em 75% dos casos houve conversão da prisão em flagrante em preventiva, enquanto que, no período posterior, em foi realizada a audiência de custódia, esse índice é de 59%.

Esse resultado demonstra que, com a realização da audiência de custódia, deixam de ingressar no sistema prisional, aproximadamente, dois presos por dia. Seriam 3.255 presos provisórios a menos no sistema prisional do Rio de Janeiro, que se encontra superlotado e em péssimas condições financeiras, que refletem na alimentação, higiene e segurança dos presos.

Importante lembrar que, de acordo com estudo feito pelo IPEA (“A aplicação de penas e medidas alternativas”), 37% dos réus que respondem ao processo presos sequer são condenados à pena privativa de liberdade. Ou seja, praticamente quatro em cada dez presos provisórios não recebem pena privativa de liberdade, o que revela o sistemático, abusivo e desproporcional uso da prisão provisória pelo sistema de justiça no país.

A aposta é que o contato físico com o juiz nas audiências de custódia possa não só reduzir o número de presos provisórios, como colaborar para uma mudança de postura dos juizes, que consideram a prisão processual como regra, ignorando os efeitos deletérios que ela provoca nos réus.

Fonte: Jota (<http://jota.uol.com.br/o-que-nos-dizem-audiencias-de-custodias>)

29/03/2016 - ADPEMA tem novo convenio com Hotel em Bacabal

Convênios

10% de desconto no consumo	10% de desconto no consumo à vista 5% no cartão	10% de desconto no consumo	10% de desconto no consumo	10% de desconto com cartão fidelidade	50% de desconto no consumo	10% de desconto à vista 10% no cartão
10% de desconto à vista 5% de desconto nos cartões	10% de desconto no consumo	Tarifa Especial	Tarifa Especial	Tarifa Especial	10% de desconto	30% de desconto nos mensalidades
10% nas mensalidades 10% no material	10% de desconto em qualquer serviço	10% de desconto nos serviços prestados	10% de desconto à vista parcelamento em até 12x	60% de desconto no valor do curso à vista ou 40% parcelado	30% de desconto no mês de aniversário 10% a 20% no consumo de peças parcelamento em até 3x sem juros	
10% de desconto nos cursos de Inglês, Espanhol e Francês em todas as modalidades até 3-JULHO de vencimento.	20% de desconto nos cursos de Inglês nível Básico, Avançado e Interme.	40% de desconto no valor de tabela ou 5% no valor de produtividade	10% de desconto à vista, 10% nos cartões (1x) ou 5% nos cartões (12x)	20% de desconto à vista Parcelamento em até 12x para valores acima de R\$ 200,00	Prioridade no Atendimento. Desconto de 20% em todos os procedimentos à vista e parcelamento em até 3 parcelas a partir de R\$ 400	
10% de desconto nas mensalidades à taxa de desconto para pagamento à vista (mensal) e 5% para pagamento no cartão de crédito e de débito.	Desconto de 10% na Manutenção Clínica, não precisa ser médico e 15% para dentista	Plano Fitness e Plano Fitness Total Semestral: 10% de desconto sobre o preço, além de 50% no almoço.	10% de desconto na retribuição do plano individual. 20% por distribuição	30% de desconto na Manutenção Clínica e Fisioterapia para pagamento à vista no cheque ou no dinheiro, com desconto nos dias 5, 10 ou 15 de cada mês.		
10% de pagamento à vista, no valor de no cartão de crédito e 5% de desconto para pagamento no cartão de crédito.	Acomodação Standard com valor de R\$ 120,00 a R\$ 270,00 e Acomodação em Apartamentos. Lanche com valor de R\$ 102,00 a R\$ 243,00	Tarifa Especial Apto Superior: 150,00 + 5% Apto Duplo: 180,00 + 5% Apto Tripla: 220,00 + 5%	Tarifa Especial Apto Superior: 150,00 + 5% Apto Duplo: 180,00 + 5% Apto Tripla: 220,00 + 5%	Valores que variam entre R\$ 170,00 a R\$ 270,00 em acomodações Standard e Superior - Até 10 dias		
Desconto de 10% nos produtos (exceto serviços de estética, spa e massagem) como roupas, acessórios, serviços de delivery e produtos. Lanche Zero à vista no restaurante, para pagamento à vista.	10% de desconto, equivalente a consultoria odontológica, serviços odontológicos e serviços de radiologia odontológica para pagamento à vista.	10% de desconto nos valores referentes aos serviços ultrassonográficos	10% de desconto no pagamento parcelado e 20% de desconto em pagamento à vista			
Até 30% de desconto no valor do curso nos programas, L&L, L&L, L&L, L&L e L&L até 30 dias antes do curso. Curso de Inglês: 20% de desconto, 20% de desconto em cursos de Inglês e Francês. Curso de Espanhol: 20% de desconto, 20% de desconto em cursos de Espanhol e Francês. Curso de Inglês: 20% de desconto, 20% de desconto em cursos de Inglês e Francês. Curso de Espanhol: 20% de desconto, 20% de desconto em cursos de Espanhol e Francês. Curso de Inglês: 20% de desconto, 20% de desconto em cursos de Inglês e Francês. Curso de Espanhol: 20% de desconto, 20% de desconto em cursos de Espanhol e Francês.	10% de desconto em qualquer pedido. Contribuição em dia de aniversário às despesas e despesas fixas. De sexta à domingo, apenas 10% de desconto em qualquer pedido.	Apto tipo Comfort Individual (R\$ 63,00) Duplo (R\$ 69,00) Triplo (R\$ 126,00) Apto tipo Luxo Individual (R\$ 72,00) Duplo (R\$ 108,00) Triplo (R\$ 144,00)				

Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Rumoscorça, São Luís/MA
CEP 65075-740 - Tel./Fax: (98) 3199-6194 - Cel: (98) 99975-2283 - secretaria@adpema.com.br

A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) é destaque em convênios. Hotéis, academias, escolas de inglês, restaurantes, entre outros, oferecem descontos incríveis para seus associados. Portanto, como política de valorização dos Defensores Públicos, a ADPEMA disponibiliza mais um novo convênio: Hotel Pingo de Ouro.

Sob indicação do Defensor Público Associado, lotado no Núcleo da DPE/MA em Bacabal, Fábio Marçal, o Hotel Pingo de Ouro oferece hospedagens em apartamento tipo comfort (Individual: R\$ 63,00; Duplo: R\$69,00 e Triplo: R\$126,00) e Apartamento tipo luxo (Individual: R\$ 72,00; Duplo: R\$108,00 e Triplo: R\$144,00).

Em outras áreas, são oferecidos serviços como o Centro de Saúde Odontológica, localizado na Rua Professor Pinho Rodrigues, sala 310, Renascença II, oferecendo descontos de 20%, em todos os procedimentos à vista; parcelamento em tratamentos a partir de R\$ 400 (quatrocentos reais) e ainda prioridade nos horários de atendimento. A empresa Humani Ultrassonografia também oferece 15% de desconto nos pagamentos particulares.

Os Associados ainda terão descontos em viagens internacionais e intercâmbios com a EF Intercâmbio, localizada em São Luís na Qd. 14 - Ed. Flertinho – Rua dos Guarás, 1 - Ponta do

Farol, com telefone de contato (98) 3227-7359. Todos terão 5% de desconto no valor do curso nos programas ILSH, ILSU, LSP, APP e AYP (conforme contrato), e ainda a possibilidade de parcelamento em 6x sem juros no cartão de crédito, exceto AMEX. Outra forma de benefício é o desconto de 10% no valor do curso nos programas citados (ILSH, ILSU, LSP, APP e AYP) e mais parcelamento em 10x sem juros na Poupança EF.

No item de utilidades, o associado pode desfrutar de descontos especiais através da empresa Requite Serviços Automotivos oferece 10% de desconto ao pagamento parcelado e 20% de desconto em pagamentos à vista.

Ainda no final do ano passado, a ADPEMA também celebrou um importante convênio com a Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (FESDEP), concedendo desconto de 30% aos Defensores Públicos associados sobre o valor do curso de atualização sobre o novo Código de Processo Civil (CPC), um dos temas mais debatidos na atualidade jurídica.

Os Defensores Públicos associados que quiserem fazer sugestões de novos convênios, como forma de ampliar os serviços oferecidos, podem enviar um email para: secretaria@adpema.com.br ou entrar em contato pelos telefones: (98) 31996194 / 98758-3882 (WhatsApp).

29/03/2016 - Escola Superior da DPE realizará em maio capacitação sobre o programa de proteção a testemunhas



Com o objetivo de divulgar ações do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Maranhão (Provita-MA) e qualificar a atuação de defensores públicos em relação ao programa, a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), por meio de sua Escola Superior (Esdep), promoverá, em maio, seminário com o tema “O papel do Provita na garantia dos direitos humanos e na promoção de Justiça”. A data do curso será 06 de maio.

A capacitação foi acertada durante reunião, no início de março, entre o subdefensor geral do Estado, Thiago Josino Carrilho de Arruda, na ocasião representando a defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, o supervisor de Atenção a Vítimas e Pessoas Ameaçadas da Sedihpop, Maycko Passos, e o coordenador do Provita-MA, Diogo Cabral. Também participaram da reunião o diretor da Esdep, o defensor público Marcos Vinicius Campos Frões, o defensor Lúcio

Lins Siqueira Ramos, titularizado no Núcleo de Execução Penal (NEP), e a representante da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH) Adriana Costa.

De acordo com o Diretor da Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep/MA), Marcos Fróes, o objetivo do curso é difundir o trabalho já desenvolvido pelo Provita/MA entre Defensores Públicos do Maranhão e aperfeiçoar os canais de diálogo entre a entidade e a DPE do Maranhão.

A capacitação deve discutir assuntos inerentes à atuação de defensores públicos, sobretudo os da área criminal, relacionadas ao Provita, como normativas, procedimentos, fluxo, limites e possibilidades de atuação no programa, além de outras peculiaridades. Também deve ser apresentando aos participantes o manual geral de procedimentos do Provita, bem como suscitar uma abordagem histórica deste sistema de proteção, dentre outros assuntos. A ideia é trazer vários palestrantes, inclusive de fora do estado, que atuam nessa área para fortalecimento do evento.

O Provita – O programa é uma política pública, com nuances de “política de estado”, que visa assegurar a integridade física e psicológica e a segurança de vítimas e testemunhas, bem como de seus familiares, que estejam sendo coagidas ou expostas à grave ameaça em razão de crime no qual estejam envolvidos ou do qual tenham conhecimento, ou detentores de informações necessárias à investigação ou desejem colaborar com as autoridades policiais ou com o processo judicial. No Maranhão, é desenvolvido desde 2003, regulamentado pelo Decreto Estadual 19.4456.

Fonte: Com informações da Ascom DPE/MA

28/03/2016 - Pesquisa sobre Núcleos Regionais revela necessidade de muitos avanços nas condições de trabalho dos Defensores Públicos

Como vai o seu NÚCLEO REGIONAL?

DEFENSOR PÚBLICO, relate suas dificuldades, problemas e condições de trabalho, em geral.

PARTICIPE PELO

- WhatsApp**
(98) **98758-3882**
- ou pelo E-mail:**
comunicacao@adpema.com.br
- No site da ADPEMA tem o **FALE CONOSCO**

ADPEMA em defesa da dignidade do exercício da função de Defensor Público no Maranhão.

The advertisement features a dark background with a golden scale of justice and a wooden gavel. The text is primarily in white and red. The ADPEMA logo is located in the bottom left corner of the graphic.

A Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão (ADPEMA) acaba de compilar os dados da pesquisa, lançada em fevereiro deste ano, com o título “Como vai o seu Núcleo

Regional?”. Foi a primeira campanha realizada com objetivo de avaliar as condições de trabalho dos Defensores Públicos lotados nas Comarcas do interior do Estado. Sem a necessidade de identificação, os Defensores participaram, enviando com uma breve descrição das condições de trabalho de cada Núcleo Regional para os canais de comunicação da ADPEMA, como o aplicativo Whatsapp, o email e o site da entidade (www.adpema.com.br), no item FALE CONOSCO.

Para otimizar o tempo dos defensores, a campanha optou por não enviar questionários longos. Os Defensores Públicos puderam relatar de forma livre as principais dificuldades e problemas no desempenho das suas atividades. Segundo dados da pesquisa, 90% dos participantes reclamam a necessidade de servidores ou assessores para os Núcleos Regionais. A falta de funcionários vem ocasionando a demora no cumprimento das demandas acumuladas. O maior Núcleo do interior, o de Imperatriz, um dos Defensores deixou uma excelente contribuição, ao descrever: “Aqui temos 12 defensores e apenas um motorista para o horário normal. Muitas vezes, enviamos um documento para Davinópolis com urgência, que é termo de Imperatriz, para ele colocar no Correio. Mas, mesmo de carro são 20 minutos (40 no total) para não atrasar a entrega de ofícios e processos. Os Defensores no curso de formação devem ter contato com os procedimentos administrativos, pois na prática, somos nós que também gerenciamos os núcleos”.

O item que aparece em segundo lugar na pesquisa, como o mais frequente nas reclamações, é a infraestrutura. Em alguns núcleos, neste período de chuvas, a presença de goteiras é motivo de constantes queixas. Os Defensores denunciam a demora no reparo das salas e a lentidão dos computadores. Apesar das várias reivindicações feitas pela ADPEMA à DPE-MA, durante o último biênio, o item Segurança ainda aparece na pesquisa como necessidade em alguns Núcleos Regionais, com o relato de um Defensor que participou da pesquisa de um caso de violência ocorrido. Houve ainda várias sugestões de convênios por parte de alguns Defensores Públicos associados, em um reconhecimento da importância do crescimento do número deles firmados pela gestão que encerra suas atividades no próximo dia 1 de abril, e que deixou mais de 40 convênios firmados em diversas áreas.

[Ver edições anteriores »](#)



Associação dos Defensores Públicos do Estado do Maranhão
Rua Professor Pinho Rodrigues, nº 20, sala 311, Edifício Quartz, Jardim Renascença, São Luis/MA, CEP
65075-740
Tel./Fax: (98) 3199-6194
Cel: (98) 987583882
secretaria@adpema.com.br